



Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia  
Legislativa da Região Autónoma dos Açores

**ASSUNTO: Números revelam situação social grave na ilha Graciosa**

Excelência;

Na sequência de um requerimento do Grupo Parlamentar do PSD entrado na Assembleia Legislativa no passado mês de Fevereiro de 2010, e que versava sobre as condições socioeconómicas na ilha Graciosa, veio o Governo Regional, 5 meses depois, fornecer dos dados pedidos.

Visava esse requerimento aprofundar o conhecimento da realidade Graciosense na sua vertente económico-social, pois, esse conhecimento, é indispensável para adequar as estratégias que, também para a ilha Graciosa, devem ter uma atenção que consagre a sua especificidade.

Percebe-se agora porque escondeu o Governo, durante cinco meses, os dados pedidos e que tanto custaram a ser divulgados.

E percebe-se porque, tal como já vimos alertando o Governo há vários anos, a situação não é agradável e não é minimamente aceitável.

Não é com o discurso fantasioso do optimismo virtual que se muda esta realidade, sendo necessário reconhecer a gravidade da situação para podermos enfrentar os problemas, pois, só assim é que, verdadeiramente, os poderemos resolver.

Na ilha Graciosa, segundo os dados fornecidos pelo Governo relativos a Janeiro de 2010, 30% da população são idosos que vivem com um rendimento médio de 280,96 € mensais.

Existiam, em Janeiro, cerca de 7% de desempregados consistindo em 129 indivíduos, em contraponto com os 99 que existiam há apenas um ano, num aumento de 30%!

A estes acrescem 34 cidadãos colocados no programa PROSA e 33 no programa CTTs.

Quanto aos beneficiários do RSI, na Graciosa existiam, em Janeiro de 2010, 117 agregados familiares a beneficiar deste apoio social, num total de 334 cidadãos, a que corresponde a uma taxa de cerca de 8% da população residente.

Nisto até estamos abaixo da média regional, que se situava nos 8,5% da população a beneficiar do RSI, sendo os Açores a região onde o peso dos beneficiários do RSI na população residente é a maior do país, ultrapassando significativamente a média nacional. Este facto está contido no relatório anual de execução da Comissão Nacional do RSI, relativo a 2009, publicado na passada semana, e que também nos revela, por exemplo, que os Açores foram a Região do país com maior taxa de deferimento de requerimentos de RSI, tendo sido aprovados 72,4% dos pedidos, sabendo-se, igualmente, que dos beneficiários que cessaram o recebimento, 5420 regressaram à medida e que 2263 têm rendimentos do trabalho, naquilo que o relatório considera como *"indícios de um contingente de trabalhadores pobres e que por isso necessitam da complementaridade do RSI"*.

O Governo Regional iniciou, em 2004, um processo a que chamou "ilhas da coesão", cujo conceito pretendia aproximar as ilhas com maiores dificuldades daquelas que, alegadamente, seriam mais desenvolvidas, através da sua discriminação positiva.

Aí estão os resultados!

Aí está a realidade, disfarçada na ocultação de informação, e que demonstra o enorme fracasso executivo deste Governo Regional.

Não se cumprem os desígnios, e as intenções não passam disso mesmo, intenções.

A prova deste insucesso é que, só agora, está o Governo a desenvolver um estudo para concretizar um Plano Estratégico de Coesão dos Açores (P.E.C.A.).

É urgente olhar para a realidade não só com a preocupação que ela merece mas, sobretudo, atendendo às oportunidades que se têm ignorado e que não podem continuar a ser desperdiçadas.

Os Açores são a região que mais fundos recebeu da comunidade europeia, recebendo mais do que o triplo da média das regiões mais pobres da Europa.

Todos estamos de acordo que temos ilhas com potencialidades e com oportunidades que devem ser valoradas e majoradas em prol do aumento da riqueza dos Açorianos.

Estamos até de acordo em que devemos puxar os Açores para cima, que devemos trabalhar para ultrapassar esta realidade, fornecida por estes números, e que reflecte, também, a desertificação das ilhas e a desesperança.

Mas, também, todos temos de estar de acordo que não é com ilusões que se provoca o progresso, não é com optimismos irrealis que ajudamos as nossas ilhas e, por isso, é tempo de tomar medidas excepcionais, que respondam à necessidade de fixação de jovens, ao combate à pobreza e à exclusão social, e que dêem consequência à afirmação: "Que bom é ser Açoriano"!

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Deputado signatário solicita ao Governo Regional os seguintes esclarecimentos:

- 1 – Considera o Governo que a situação apresentada pelos números divulgados exige uma atenção redobrada e medidas extraordinárias?
  
- 2 – Em caso afirmativo, que medidas pondera o Governo tomar para, finalmente, existir uma verdadeira inversão da desertificação de ilhas como a Graciosa com uma consequente fixação de jovens, e um autêntico combate à pobreza e exclusão social?

Santa Cruz da Graciosa, 22 de Julho de 2010

O Deputado



(João Bruto da Costa)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada 2989	Proc. N.º St. 03-04
Data: 09/07/22	306/12